

Diálogos

Diálogos - Revista do Departamento de
História e do Programa de Pós-Graduação em
História

ISSN: 1415-9945

rev-dialogos@uem.br

Universidade Estadual de Maringá
Brasil

Pereira Ferrer, Jorge Luiz; Zhebit, Alexander; Teixeira da Silva, Francisco Carlos
Sobre as políticas externas da Argentina, do Brasil e do Chile com relação à Alemanha, aos Estados
Unidos e à Itália entre a Conferência de Lima e a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial
(1938-1942)

Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol.
16, núm. 2, mayo-agosto, 2012, pp. 547-569
Universidade Estadual de Maringá
Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305526885010>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Sobre as políticas externas da Argentina, do Brasil e do Chile com relação à Alemanha, aos Estados Unidos e à Itália entre a Conferência de Lima e a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1938-1942) *

Jorge Luiz Pereira Ferrer **

Alexander Zhebit ***

Francisco Carlos Teixeira da Silva ****

Resumo. Este trabalho analisa o impacto das políticas externas de Argentina, Brasil e Chile com as Potências do Eixo (Alemanha e Itália) e os Estados Unidos entre os dois anos anteriores à deflagração do conflito (1938-1939) até a entrada do Brasil na guerra (1942), depois que navios brasileiros foram afundados pelos alemães na costa do Nordeste do Brasil. Por fim, esta pesquisa apresenta os fatos políticos, comerciais e ideológicos que fizeram com que o Brasil e o Chile ficassem ao lado dos aliados durante a guerra, e a Argentina mantivesse uma neutralidade, ainda que falsa, até quase o final do conflito.

Palavras-chave: Relações Internacionais; Política Externa; Pan-americanismo; Potências do Eixo; Segunda Guerra Mundial.

The external policies of Argentina, Brazil and Chile vis-à-vis Germany, the United States and Italy from the Lima Conference to Brazil's involvement in II World War (1938-1942)

Abstract. The impact of Argentina's, Brazil's and Chile's external policies vis-à-vis the Axis (Germany and Italy) and the United States is analyzed as from two years previous the start of the war (1938-1939) and Brazil's involvement in

* Artigo recebido em 01/03/2012. Aprovado em 22/05/2012. Pesquisa financiada pela FAPERJ/RJ.

** Doutorando do Programa de Pós-graduação em História Comparada da UFRJ. Rio de Janeiro/RJ, Brasil. E-mail: jferrer@globo.com

*** Professor Adjunto do Instituto de História e do Programa de Pós-graduação em História Comparada da UFRJ. Rio de Janeiro/RJ, Brasil. E-mail: alex@cfch.ufrj.br

**** Bolsista produtividade do CNPq. Professor Titular de História Moderna e Contemporânea do Instituto de História e do Programa de Pós-graduação em História Comparada da UFRJ. Rio de Janeiro/RJ, Brasil. E-mail: chicotempo@terra.com.br

1942 when Brazilian ships were sunk by German men-of-war on the northeastern coast of Brazil. Research investigates the political, commercial and ideological facts that brought about the alliance of Brazil and Chile with the Allies and Argentina's sham neutrality almost until the end of the war.

Keywords: International relationships; External policies; Pan-Americanism; Axis powers; II World War.

Sobre las políticas externas de Argentina, Brasil y Chile en relación a Alemania, EEUU e Italia: entre la Conferencia de Lima y la participación de Brasil en la Segunda Guerra Mundial (1938-1942)

Resumen. Este trabajo analiza el impacto de las políticas externas de Argentina, Brasil y Chile en relación a las potencias del Eje (Alemania e Italia) y a EEUU, durante los dos años anteriores al estallido del conflicto (1938-1939) y hasta el inicio de la participación de Brasil en la guerra (1942), como consecuencia del hundimiento de barcos brasileños por parte de los alemanes, en la costa noreste de Brasil. Finalmente, este trabajo presenta los hechos políticos, comerciales e ideológicos que hicieron con que Brasil y Chile permanecieran del lado de los aliados durante la guerra, mientras que Argentina mantuvo la neutralidad, aunque falsa, hasta prácticamente el final del conflicto.

Palabras clave: Relaciones Internacionales; Política Externa; Panamericanismo; Potencias del Eje; Segunda Guerra Mundial.

No início do século XX, as relações políticas entre a América Latina e os EUA eram baseadas na *Doutrina Monroe*, um princípio político que expressava a posição imperialista e expansionista estadunidense no continente americano. Nos países do Sul da América Latina, em virtude, ainda, da preponderância do capital inglês em suas economias, o poder norte-americano era menos persuasivo, situação que iria se modificar logo após o fim da Primeira Guerra e, principalmente, em meados dos anos 1930, com uma nova política de aproximação, proposta pelos EUA (BETHELL, 2002). Essa aproximação surgiria em função de dois fatores cruciais que

preocupavam o governo norte-americano: primeiro, a necessidade de criação de um novo mercado externo para os seus produtos manufaturados; e, segundo, o crescimento de simpatizantes do fascismo nos países sul-americanos (McCANN, 1995). A economia norte-americana começava a crescer e precisava reconquistar novos mercados para substituir aqueles perdidos durante a Grande Depressão. A América Latina seria uma região ideal para essa expansão econômica, pois, praticamente, todos os países sul-americanos eram carentes de produtos industrializados, apesar dos esforços realizados, principalmente, por Argentina, Brasil e Chile, durante a depressão mundial, em desenvolver suas indústrias de substituição de bens e consumo com os parques capitais gerados por seus principais produtos de exportação (carne congelada, café e cobre). O problema principal era a disparidade existente entre a economia dos países latino-americanos e a dos EUA. Os empresários norte-americanos exigiam que todas as transações comerciais fossem realizadas com moeda-corrente (SEITENFUS, 1985, p.80), em que as vantagens concedidas eram equitativas e recíprocas entre os Estados participantes da negociação (Programa Hull – “*Reciprocal Trade Agreement Act*”)¹, lastro monetário que a maioria dos países sul-americanos não possuía (TOTA, 2000).

O outro fator que preocupava o governo dos EUA era o crescimento da influência fascista na América Latina, quando a Alemanha e, posteriormente, a Itália, na procura de novos mercados, iniciaram um complexo e elaborado sistema comercial com os países latino-americanos, que prejudicava bastante o seu comércio na região (SEITENFUS, 1985). Com o fim da depressão, os EUA tentaram retomar esses mercados e se depararam

¹Era um Programa Econômico, que repudiava todo o tipo de protecionismo e acreditava na utilização do liberalismo no comércio internacional para a instauração de tratados comerciais bilaterais, com base na cláusula incondicional da nação mais favorecida e das vantagens equitativas e recíprocas.

com a forte presença dos alemães no comércio local (BETHELL, 2002, p.604). Temendo que estes os ultrapassassem no volume de vendas para os países sul-americanos, o Departamento de Estado Norte-americano celebrou vários acordos comerciais para dificultar a expansão comercial desses países de regime totalitário, em sua área de influência. Na América do Sul, com exceção da Argentina, os EUA firmaram acordos comerciais importantes com o Brasil e o Chile, tornando-se o principal investidor dessas duas nações sul-americanas principalmente após a sua entrada na guerra (dez. 1941), que passou a exigir cada vez mais matérias primas fundamentais para a sua produção bélica. Preocupados com essa expansão do fascismo na América Latina, os EUA puseram em prática (1936) a doutrina da “Boa Vizinhança” (PBV), um projeto de segurança continental, baseado em um pacto interamericano de apoio mútuo de todas as nações americanas contra intervenções externas (europeias), na verdade, uma forma mais branda da aplicação de hegemonia econômica e política, até então utilizada pelos norte-americanos no continente (PECEQUILO, 2003). Os norte-americanos abandonaram qualquer tentativa de intervenção militar e procuraram instalar um processo de consulta e cooperação que respeitasse a autodeterminação dos povos. Assim, os EUA reconheceram a soberania dos países da América Latina e promoveram uma política de não intervenção (PECEQUILO, 2003).

A preponderância dos Países do Eixo, na região, surgiu, em parte, com a criação de um forte e promissor comércio com os países sul-americanos (LOPES, 2008, p.185), logo após o fim da Grande Depressão (1934) (LOPES, 2008, p.226).² Essas relações comerciais se baseavam em um sistema de trocas de mercadorias, em que cada valor conseguido na venda de um produto poderia ser utilizado para a compra de outro produto (“marcos

²Entre 1934 e 1935, as exportações alemãs para a Argentina, Brasil e Chile teriam um incremento de, respectivamente, 11%, 38% e 170%.

compensados”)³, sem a utilização de qualquer tipo de moeda internacional (divisas), facilitando as economias latino-americanas que não dispunham dessas divisas, ocasionando, então, uma atitude *pró-Eixo* na região Sul da América Latina (McCANN, 1995). Outro fator considerável era a presença de grandes colônias de imigrantes germânico-italianas nesses países sul-americanos, onde os agentes do fascismo procuravam propagar sua ideologia política, usando clubes sociais e associações culturais, cuja finalidade era a manutenção das tradições de seus descendentes. Empresas alemãs, italianas ou sul-americanas com capital fascista patrocinavam políticos latinos, os quais defendiam seus interesses, difundindo que somente um regime forte e centralizador era capaz de solucionar os graves problemas sociais e econômicos que essas Repúblicas Sul-americanas enfrentavam, naquele momento de grandes transformações mundiais (McCANN, 1995). Na opinião deles, o surgimento de uma nova ideologia política (fascismo) procurava preencher as lacunas deixadas pelo capitalismo e o comunismo. Um grande número de empresários nacionalistas e algumas oligarquias rurais apoiavam essas ideias, pois viam, nas democracias ocidentais, que estas só se preocupavam em explorar o comércio sul-americano de matérias primas para abastecer suas indústrias, sinais de decadência política e moral. A Alemanha e a Itália, à medida que saíam da grande depressão, vinham incrementando o seu comércio com os países latino-americanos e, no caso alemão, adquirindo matérias primas para a sua indústria de guerra (LOPES, 2008, p.221).

No setor militar, desde o final do século XIX, tanto Argentina, Brasil e Chile já vinham sofrendo uma grande influência da Alemanha, quando suas Forças Armadas passaram a ser treinadas por militares prussianos. A Argentina

³Marcos compensados ou Marcos Askis (“Auslander Soderkonto fur Inlandszahlungen” – conta especial do estrangeiro para pagamentos internos). Esse processo econômico de trocas com a Alemanha determinava que, a cada valor ganho na venda de um produto por um dos países envolvidos, houvesse um valor correspondente na compra de outro produto pelo mesmo país, em outra negociação com a Alemanha.

cancelou esse acordo militar com o rompimento da Primeira Guerra Mundial, reativando-o em 1920. Em 1936, uma missão militar da “*Wehrmacht*”⁴ (Forças Armadas da Alemanha)⁵ foi enviada para treinar oficiais do Exército argentino. Seus contratos seriam rescindidos com a eclosão da Segunda Guerra Mundial (1939). O Brasil, após o final da Primeira Guerra Mundial, mudou de política e passou a gravitar na esfera de influência francesa, uma das grandes vencedoras do conflito, com a permanência de uma missão militar francesa (1920-1940) sob o comando do General Maurice-Gustave Gamelin, que ajudou a transformar e profissionalizar o Exército Brasileiro, aperfeiçoando oficiais e criando um Curso de Estado-Maior (CARVALHO, 2005, p.28-29). Infelizmente, 20 anos depois, todo esse trabalho ficou totalmente defasado quando a França foi ocupada em decorrência da “*blitzkrieg*” alemã (“*guerra relâmpago*”). Seguindo o mesmo modelo argentino, o Governo Chileno contratou muitos instrutores alemães para lecionar nas escolas militares de suas Forças Armadas. A maioria era constituída de ex-combatentes da Primeira Guerra Mundial, que acabou criando a Liga de Clubes Militares Alemães (“*Deutscher Reichskriegerbund*”), instituição frequentada por um número bastante significativo de oficiais chilenos. Esses oficiais tinham grande admiração pela máquina de guerra alemã e viam a possibilidade de aplicar essa ordem e eficiência em suas unidades militares.

A VIII Conferência de Lima, realizada entre 9 a 24 de dezembro de 1938 (MRE, 1944, p.14-16), foi um grande divisor de águas nas relações internacionais da América Latina. Ela foi o grande teste da política de boa vizinhança norte-americana, enunciada por F. D. Roosevelt, em Buenos Aires

⁴*Wehrmacht* – é o nome do conjunto das Forças Armadas da Alemanha (Exército, Marinha e Aeronáutica).

⁵Os oficiais alemães eram: Artilharia – General Günther Nidenführ, Coronel Friedrich Wolf; Cavalaria – Major Rudolf Berghammer; Aviação – Major Otto Kriesche; e Intendência – Major Joachim Hans Moehring.

(1936) (MRE, 1944, p.14-15), no que dizia respeito ao estabelecimento dos princípios de solidariedade e cooperação interamericana. Havia chegado o momento apropriado para a criação de acordos e mecanismos capazes de impedir que os acontecimentos surgidos na Europa e Ásia⁶ pudessem interferir nas soberanias do continente americano. Só uma cooperação política entre os países americanos podia impedir qualquer interferência de uma nação extracontinental nas Américas. Sem unanimidade, a proteção do continente estava ameaçada pela(s) república(s) dissidente(s), pois por meio dela(s) uma potência externa poderia desestabilizar todo o trabalho de solidariedade e cooperação americana. A Argentina era aquela república dissidente, porque se negava a aceitar qualquer compromisso que a obrigasse a participar de um pacto de aliança militar, e isso poderia acarretar uma corrida armamentista na região, gerando blocos de países coordenados por interesses hegemônicos que podiam desintegrar a estrutura atual existente no continente (AHI, 28 nov. 1938).⁷ O Ministro Cantilo⁸ se recusou a apresentar qualquer proposta de tratado sobre segurança continental, afirmando que, no futuro, qualquer tipo de compromisso teria o inconveniente de perder sua função, se os EUA mudassem sua política em relação à Europa (AHI, 29 nov. 1938). A Argentina não aceitou assinar o tratado (LOPES, 2008, p.453), propondo apenas uma declaração dos princípios americanos, expressando a Soberania Continental e alertando sobre qualquer interferência externa, por meio de ideias e propósitos, no intuito de interferir na política de defesa dos interesses do continente.

⁶Na Europa, a Alemanha anexara a Áustria e pretendia absorver a região dos Sudetos, na Tchecoslováquia, ao *Reich* alemão. Na Ásia, o Japão continuava com a sua política expansionista na China.

⁷ **Nota do editor.** Os documentos do Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI) foram referenciados no sistema autor/data, sendo que os descritivos completos encontram-se nas fontes documentais, ao final do artigo.

⁸Ministro das Relações Exteriores da Argentina (1938-1940).

É importante salientar que o Brasil compartilhava, em parte, dessa decisão argentina de não participar de uma organização de segurança coletiva no continente, dependendo de contingências europeias ou de mutações na política externa norte-americana (AHI, 05 dez. 1938). Porém, mecanismos precisavam ser criados para preservar a integridade e a soberania das nações americanas contra a cobiça de alguns países europeus pelo Continente Americano. O Brasil agiria para impedir qualquer tipo de intromissão de potências extracontinentais na região e proporia uma política de consultas, se qualquer país americano se sentisse ameaçado por forças externas na sua segurança, integridade ou independência (AHI, 30 nov. 1938). O Governo Brasileiro salientava que o perigo externo era real e exigia medidas práticas e funcionais para a solução do problema, não acreditando na suscetibilidade da política externa norte-americana, porque o pacto só funcionaria com a participação integral dos EUA na prestação de assistência militar e econômica às Repúblicas Americanas. O perigo referido acima ficou confirmado com a descoberta de documentos, interceptados no Sul do Brasil (out. 1938), sobre uma conspiração nazista nas fronteiras de Argentina, Brasil e Uruguai (McCANN, 1995, p. 98-99).⁹ Os EUA concordavam com a proposta brasileira, porém, era fundamental que as Repúblicas Americanas tomassem uma atitude em conjunto, evitando qualquer tipo de discórdia. Os norte-americanos temiam que, sem a Argentina, o flanco Sul do continente ficasse vulnerável e exposto à intervenção das Potências do Eixo.

A atitude argentina iria irritar o Departamento de Estado Norte-americano e o Itamaraty, com a sua determinação de criar um bloco de países contrários ao pacto de aliança militar pan-americano, na tentativa de eliminar a

⁹ O plano estava baseado em três possibilidades: 1)-fomentar uma rebelião ampla que justificaria uma intervenção semelhante à da Espanha; 2)-assumir o controle de áreas de população germânica, por meio de um “*Anchluss*” do outro lado do Atlântico; 3)-conseguir concessões políticas para que organizações nazistas pudessem agir livremente, até tomarem o poder.

possibilidade de se obter a unanimidade, tão necessária à defesa do continente (SEITENFUS, 1985, p.236). Após a relutância inicial da Argentina em participar do pacto e de intensas consultas entre argentinos, brasileiros e norte-americanos (AHI, 02 dez. 1938), foi aprovada a “*Declaração de Lima*” em 24 de dezembro de 1938 (MRE, 1944, p.16-17), que reafirmava a determinação das Repúblicas Americanas de participar de um pacto de ajuda mútua e de se consultarem, caso acontecesse alguma intervenção externa que ameaçasse a paz e a segurança do continente (AHI, 27 dez. 1938). Com a atitude argentina de se afastar da política pan-americana, os EUA se aproximaram “*inexoravelmente*” do Brasil (AHI, 29 dez. 1938) e, como consequência disso, Oswaldo Aranha¹⁰ foi convidado, por Roosevelt, a viajar para Washington e participar de negociações que iniciaram uma parceria política, econômica e militar, que durou até o fim da Segunda Guerra Mundial (AHI, 28 jan. 1939; 30 jan. 1939). O Brasil, por ser um país de grande importância estratégica, passou a fazer parte da estratégia norte-americana de defesa do continente, com os norte-americanos procurando criar mecanismos de aproximação com o Governo Brasileiro (AHI, 08 mar. 1939). Os EUA temiam que a Alemanha pudesse utilizar o Brasil, como base, para ataques à costa norte-americana e também que ela pudesse se aproveitar da grande quantidade de matérias primas existentes em solo brasileiro. Outro fator primordial eram as bases do Nordeste que eram imprescindíveis, caso houvesse guerra, para a manutenção do comércio marítimo entre as Américas e na proteção contra futuros ataques de submarinos dos Países do Eixo. Dessa forma, Roosevelt procurou, junto com o Departamento de Estado, atrair o Brasil para a sua esfera de influência, apesar do teor ditatorial do “*Estado Novo*” conduzido por Vargas.

Quando a guerra foi deflagrada, os países do Continente Americano ficaram apreensivos sobre as consequências que poderiam advir desses

¹⁰Ministro das Relações Exteriores do Brasil (1938-1944).

acontecimentos e resolveram marcar uma consulta para examinarem a situação (AHI, 03 set. 1939), em defesa da solidariedade pan-americana, escolhendo o Panamá como a sede desse primeiro encontro entre os Ministros das Relações Exteriores (MRE, 1944, p.24).¹¹ Nessa reunião, os países americanos reafirmaram o apoio à política de solidariedade pan-americana (“*Declaração de Lima*”), declarando-se neutros e proclamando uma zona de segurança continental no mar, de 300 mi. Procuravam garantir a segurança e o comércio marítimo do continente, porém, naquele momento, eram incapazes de realizar essa tarefa, inclusive os EUA¹². Alguns incidentes de guerra surgiram dentro dessa zona de segurança, mostrando a precariedade desta, sendo o mais importante deles a batalha naval entre o couraçado de bolso alemão “*Graf Spee*” e os cruzadores britânicos “*Achilles*”, “*Ajax*” e “*Exeter*”, na entrada do Rio da Prata em 13 de dezembro de 1939 (AHI, 20 dez. 1939). Após um breve, porém intenso, ataque dos navios britânicos, o encouraçado alemão foi obrigado a entrar no rio da Prata, bastante danificado e com pouquíssimo combustível, o que levou o seu comandante (Langsdorff) a procurar abrigo no porto de Montevideu (DE NÁPOLI, 2005). Ele pediu duas semanas para conseguir terminar todos os reparos, mas recebeu somente um prazo de apenas 72h (AHI, 16 dez. 1939). Dessa forma, com a ajuda do “*Etappendienst*”¹³ argentino (DE NÁPOLI, 2005), resolveu afundar o navio e levar todos os seus

¹¹ I Conferência dos Ministros Americanos das Relações Exteriores (23/09 a 03/10/1939).

¹² O limite internacional para águas territoriais era de três mi e seria ampliado para 300 mi, como “*Zona de Segurança*” do Continente americano. Um Almirante norte-americano fez a seguinte declaração, após a resolução da ampliação dessa zona de neutralidade: “É uma bela idéia, mas o que faremos se alguém meter o nariz nessa zona”? Na verdade os países americanos, inclusive os EUA, não estavam preparados para defender essa área marítima tão vasta.

¹³ *Etappendienst* – Organização cuja missão principal era preparar instalações de apoio para o reabastecimento de submarinos, navios de guerra e corsários alemães. Foi criada na Primeira Guerra Mundial e também realizava serviços para obter informações das atividades do inimigo em portos neutros (quantidade de navios mercantes, tipo de mercadoria transportada, destino, etc.).

tripulantes para serem internados na Argentina. Após terminar essa missão, escreveu cartas para familiares e suicidou-se em um quarto de hotel, em Buenos Aires (20/12/1939) (AHI, 18 dez. 1939a). O incidente gerou uma série de correspondências entre as Repúblicas Americanas, no sentido de tentarem uma atitude conjunta para protestar contra a violação da zona de neutralidade, imposta na Conferência do Panamá (AHI, 18 dez. 1939b). Por fim, o Governo Panamenho enviou um telegrama de protesto aos países beligerantes (Alemanha e Inglaterra), com a aprovação de todas as Repúblicas Americanas.

Com a invasão alemã da Dinamarca e Noruega (1940), sem uma declaração formal de guerra, o Governo Argentino resolveu endurecer a sua política externa contra os alemães. O Ministro Cantilo decidiu deixar a “*ficção da neutralidade*” e entrar no estado de “*não beligerância*” (AHI, 13 maio. 1940; 14 maio. 1940), o que significaria que a Argentina manteria a sua neutralidade, tomando as medidas necessárias para garantir o interesse nacional. Isto é, apoiaria os aliados (França e Inglaterra), mas manteria o intercâmbio comercial com a Alemanha e Itália. Cantilo resolveu consultar os norte-americanos sobre a sua proposição, ficando profundamente decepcionado, pois os EUA ainda achavam que deveriam manter-se neutros, enquanto se preparavam para a guerra¹⁴, e não apoiaram a proposta argentina. Na verdade, Roosevelt estava tentando se reeleger (terceiro mandato) e não poderia tomar nenhuma atitude mais rígida contra a Alemanha, pois temia perder os votos daqueles que eram contrários (isolacionistas) à entrada dos EUA em outra guerra europeia. Dessa forma, Roosevelt acabou reafirmando o pan-americanismo e a política da “*paz pela cooperação*”, baseada na vontade recíproca da solidariedade em todo o continente. Não satisfeito, Cantillo procurou o apoio brasileiro, porém, mais uma vez, recebeu outra negativa à sua proposta, pelo governo Vargas, que

¹⁴ Roosevelt solicitou ao Congresso 896 milhões de dólares para a defesa nacional, principalmente, para a produção de aviões, a defesa aérea e o treinamento de pessoal.

temia uma retaliação alemã se houvesse um endurecimento na política externa das Repúblicas Americanas, justamente no momento em que elas estavam fragilizadas sem o apoio militar dos EUA.

Em outra reunião de Chanceleres americanos, em Havana (MRE, 1944, p. 30-32)¹⁵, após a derrota da Bélgica, França e Luxemburgo (1940), os Estados Americanos mantiveram sua neutralidade e decidiram defender todas as colônias europeias existentes no continente contra qualquer ataque alemão. Mais uma vez, os argentinos não concordaram em se intrometer na política das nações europeias, decidindo se suas colônias eram ou não perigosas ao continente. O Governo Argentino só agiria em favor dessas colônias, caso algum acontecimento grave surgisse e prejudicasse a soberania americana¹⁶. Os argentinos achavam que qualquer intervenção militar, realizada nessas colônias, deveria ser uma ação conjunta entre as Repúblicas Americanas, sendo a intervenção, unicamente, de forma temporária, até a definição sobre o destino dessas possessões. Eles acreditavam que era chegado o momento de acabar com a existência de colônias europeias no continente, transformando-as em regiões independentes ou incorporando-as a algum país americano. O Chile não concordou com as propostas argentinas, pois não era favorável ao princípio de autodeterminação dessas possessões europeias, preferindo a sugestão norte-americana sobre um mandato de ocupação dessas regiões, caso fosse necessário, para impedir que a Alemanha pudesse utilizá-las como pontos estratégicos de apoio, pois tal atitude poderia afetar a defesa do Continente (AHI, 26 jul. 1940). O Brasil continuou com a sua política de solidariedade pan-americana (AHI, 28 jun. 1940), preferindo não intervir em assuntos europeus, mas, caso todos concordassem com uma ocupação dessas possessões, faria

¹⁵II Conferência dos Ministros Americanos das Relações Exteriores (21 a 30 de julho de 1940).

¹⁶Resposta do Governo alemão: como os países europeus, em virtude da Doutrina Monroe, não se intrometem em pendências interamericanas, não podem, em consequência, tomar os países americanos partido em pendências europeias.

apenas uma ressalva: a tutela deveria ser exercida por uma única República, responsável, inclusive, pelos ônus de tal intervenção. Depois de muita discussão, todos acabaram concordando com a posição chilena¹⁷ e a norte-americana na manutenção do “*status quo*” dessas colônias europeias, mas com restrições de utilização das mesmas para fins contrários à política de solidariedade pan-americana.

Os EUA começaram a se preparar para a guerra, convocando os reservistas (set. 1940), aumentando a produção bélica¹⁸ e, principalmente, apoiando irrestritamente a Grã-Bretanha, que estava sozinha lutando com os Países do Eixo, após a queda da França. Cada vez mais, os EUA cometiam atos contrários à sua neutralidade, patrulhando o Atlântico Norte fora da zona de neutralidade, protegendo comboios de navios mercantes britânicos que levavam produtos norte-americanos, cedendo velhos *destroyers* (50) para a Inglaterra¹⁹, em troca do arrendamento, por 99 anos, de bases britânicas no Caribe e Terra Nova. Forças militares norte-americanas ocuparam a Groenlândia, a Islândia e, por fim, assinaram um acordo de defesa mútua com o Canadá (AHI, 19 ago. 1940). O Congresso Norte-americano aprovou a Lei de Empréstimo e Arrendamento (“*Lend and Lease*”) (AHI, 08 mar. 1941), que ajudou militarmente a Grã-Bretanha com o envio de uma grande quantidade de material bélico, recebendo em troca o direito de explorar comercialmente o mercado colonial britânico (“*Open Door*”) (BANDEIRA, 2006, p.115). O sistema “*Lend and Lease*” foi estendido para todos os países da América Latina, com exceção da Argentina, por sua posição contrária à política “hegemônica”

¹⁷ Apoiava a sugestão norte-americana sobre o mandato de restrição ao direito das possessões europeias, em defesa do Continente.

¹⁸ O Presidente Roosevelt solicitou, ao Congresso, mais de 1 bilhão de dólares de crédito adicional para a produção de material bélico.

¹⁹ O Governo alemão fez um forte protesto contra o arrendamento dos 50 *destroyers* norte-americanos à Grã-Bretanha.

norte-americana (McCANN, 1995, p.227-228; AHI, 22 ago. 1943). Enquanto o Brasil obteve mais de 70% dos investimentos destinados para a América do Sul, o Chile recebeu uma quantidade muito pequena, o que causou um profundo mal-estar entre os políticos chilenos.

No Canadá (Terra Nova), Roosevelt e Churchill participaram da “*Conferência do Atlântico*” para estudar uma nova ordem mundial (criação da “*Carta do Atlântico*”),²⁰ que foi baseada em oito princípios fundamentais, e cujo conteúdo foi divulgado em 14 de agosto de 1941. Os princípios desse documento foram o fundamento da instauração da Organização das Nações Unidas (ONU).²¹ Apesar de sua neutralidade, os EUA acordaram em destruir completamente a tirania política nazista para “estabelecer uma paz que permitiria a todas as nações os meios de viver em segurança dentro de suas próprias fronteiras e, aos homens, em todas as terras, a garantia de existências livres de temor e de privações” (Princípio Sexto) (CHURCHILL, 1995, p. 564-565).²² Quase um mês depois (24/09/1941), vários países aderiram aos princípios da Carta. O Brasil e Chile iriam aprová-los, respectivamente, em 08/02/1943 e 12/02/1945 (BANDEIRA, 2006, p. 115-116). Com o ataque japonês a *Pearl Harbour*²³, os norte-americanos saíram da inércia do isolacionismo, mobilizando toda a sua força produtiva na confecção de armas e equipamentos para combater o Japão e posteriormente alemães e italianos, após

²⁰ Discussão da Carta do Atlântico (09 a 12 de agosto de 1941) foi realizada no encouraçado britânico “Prince of Wales”, na costa da Terra Nova, Canadá.

²¹ A Declaração das Nações Unidas foi assinada por 26 países em 01 de janeiro de 1942. É importante frisar que a França Livre (27º) aderiria à Carta em setembro de 1941 (Charles de Gaulle), com o Governo francês provisório ratificando em dezembro de 1944.

²² Até Churchill ficaria espantado com o conteúdo deste ponto pelo simples fato de os norte-americanos ainda serem neutros. Tal fato, segundo ele, implicava uma ação de guerra.

²³ Em 07 de dezembro de 1941. Hoje já se sabe que foram os EUA que dispararam o primeiro tiro, afundando um dos cinco minissubmarinos precursores do ataque japonês a *Pearl Harbor* no Havaí.

as declarações de guerra de Hitler e Mussolini.²⁴ Uma vez despertado, o gigantesco parque industrial norte-americano passou a abastecer todas as forças armadas que lutaram contra as Potências do Eixo, transformando-se na chave fundamental da vitória aliada, o que fez com que os EUA saíssem definitivamente da recessão econômica.

Na III Conferência dos Chanceleres americanos (MRE, 1944, p.12-13)²⁵, realizada no Rio de Janeiro, os norte-americanos, que já estavam em guerra, propuseram de imediato o rompimento integral de todas as Repúblicas Americanas com as Potências do Eixo (Alemanha/Itália/Japão). Todos concordaram, com a exceção da Argentina e do Chile que resolveram manter a neutralidade. É importante frisar que a Argentina estava em litígio diplomático com a Alemanha, em função das investigações realizadas pela “Comisión de Investigación de las Actividades Antiargentinas” (CIAA) sobre a participação do embaixador alemão, Von Thermann, em atividades contra a soberania argentina²⁶, o que originou a retirada dos respectivos embaixadores (AHI, 30 dez. 1941). O Chile não queria romper relações diplomáticas, nem declarar guerra aos Países do Eixo (AHI, 05 jan. 1942) porque suas Forças Armadas estavam desarmadas e despreparadas para defender o país de um ataque japonês ou alemão, temendo, principalmente, retaliações à sua marinha mercante (AHI, 29 dez. 1941; 03 jan 1942; 05 jan. 1942). Ele era favorável à manutenção da unanimidade nas resoluções da solidariedade continental, mas, por sua debilidade militar, agiu contra essa política, apoiando a proposta argentina de neutralidade. O Chile rompeu suas relações diplomáticas com

²⁴ Em 11 de dezembro de 1941, Alemanha e Itália declaram guerra aos EUA.

²⁵ III Conferência dos Ministros Americanos das Relações Exteriores (15 a 28 de janeiro de 1942).

²⁶ Divulgação de propaganda fascista, disseminação de artigos antissemitas e apoio a organizações nazistas que agiam na Patagônia (*Etappendienst*).

aqueles países em 20 de janeiro de 1943 (AHI, 20 jan. 1943), deixando a Suíça encarregada de seus interesses, nos respectivos países.

Até o Brasil chegou a titubear na sua posição, temendo as ameaças pouco veladas vindas de Berlim e as pressões políticas dos governos italianos e japoneses, por meio dos seus respectivos embaixadores no Brasil (Ugo Sola e Itaro Ishii) (McCANN, 1995, p.204-205). Os alemães acusavam o Governo Brasileiro de permitir a presença de aviões norte-americanos em suas bases do Nordeste, de violar o princípio de neutralidade e, caso adotasse o rompimento das relações diplomáticas com os Países do Eixo, o Brasil sofreria as ameaças decorrentes dessa decisão. Outra grande preocupação, principalmente dos militares brasileiros, era a política argentina de não adesão ao pan-americanismo, que obrigaria o Exército Brasileiro a reforçar as suas fronteiras no Sul (McCANN, 1995, p.205-206; AHI, 17 maio. 1943), temendo algum movimento de elementos fascistas com o apoio de grupos nacionalistas argentinos (AHI, 07 jun. 1943). Assim, só apoiaria a resolução norte-americana se os argentinos também o fizessem. Depois de muita pressão e discussões, os argentinos aceitaram assinar a resolução, que “recomendava” mas não “obrigava” as Repúblicas Americanas a romperem relações diplomáticas com os Países do Eixo. O Brasil acabou aceitando a proposta norte-americana e rompeu as relações diplomáticas com a Alemanha, Itália e Japão, em 28 de janeiro de 1942 (STANLEY, 1994, p.388-389; AHI, 28 jan. 1942; AHI, 08 jan. 1941). Portugal ficou encarregado de representar os interesses brasileiros nesses países e a Espanha, os interesses alemães e japoneses no Brasil. Por fim, a Suíça tornou-se a protetora dos interesses italianos em terras brasileiras. A partir desse momento, os EUA pressionaram todas as nações americanas recalcitrantes, dando apoio financeiro e militar para as que estavam do seu lado e ameaçando retaliações comerciais com aquelas que continuassem com suas políticas de neutralidade, obrigando-as a adotarem a nova política de solidariedade pan-americana. A

Argentina foi a única a resistir praticamente até o final do conflito mundial, declarando guerra à Alemanha somente em 27 de março de 1945.

Após a Conferência do Rio de Janeiro, os EUA aumentaram a sua participação militar no continente, com Roosevelt pedindo a Vargas permissão para o envio de militares norte-americanos para as bases do Norte/Nordeste (Belém, Natal e Recife), que estavam sendo construídas pela “*Pan-American Airways*” (PAA), alegando que os EUA não podiam utilizar a rota do Mediterrâneo para ajudar os britânicos, pois era imprescindível aos voos, com destino à África, uma escala em Natal. Com a aquiescência do Governo Brasileiro, militares norte-americanos começaram a desembarcar no Nordeste brasileiro, concretizando o acordo aprovado, no ano anterior (maio. 1941), para a instalação de bases militares norte-americanas na região. O Brasil quis limitar o número de militares norte-americanos nas bases cedidas no Nordeste (AHI, 27 dez. 1941), preferindo que especialistas e técnicos ajudassem os brasileiros na construção das mesmas e que elas fossem operadas, em sua maioria, por militares brasileiros (AHI, 06 maio. 1941). Porém, com a guerra se aproximando do continente, com os ataques de submarinos alemães no Atlântico Sul e em função da importância estratégica do saliente nordestino, o número de militares norte-americanos aumentou consideravelmente, e foi autorizado, pelo Governo Brasileiro, que três companhias de fuzileiros navais dos EUA fizessem o patrulhamento das bases militares em Belém, Natal e Recife, além de pilotos e elementos da Marinha Norte-americana.

Roosevelt propôs a Vargas um acordo militar para o patrulhamento da Guiana Holandesa (Suriname) com o Brasil, enviando tropas, em conjunto com os EUA, para a proteção das minas de bauxita da região. Com a participação brasileira no Suriname, ficaria mais fácil convencer o Governo Brasileiro da necessidade de aumentar os efetivos militares norte-americanos em solo brasileiro, principalmente naquele momento em que o Governo de *Vichy* havia

feito um acordo com os alemães para que estes utilizassem Dakar como base para seus submarinos, acordo que não vingou, em função dos esforços realizados pelos norte-americanos com os militares franceses ligados a De Gaulle. O Estado-Maior Brasileiro declinou do convite, informando não estar preparado para auxiliar as forças norte-americanas no Suriname. É importante afirmar que, após o rompimento das relações diplomáticas com a Alemanha e a Itália, o Brasil perdeu 13 navios mercantes²⁷, até o ataque perpetrado por submarinos alemães na costa brasileira, em agosto de 1942. A Argentina e Chile também tiveram perdas, que, embora bem menores, provaram que a neutralidade não era uma política capaz de resguardar a segurança que eles almejavam.²⁸ Em 07 de agosto de 1942, o Almirante Karl Doenitz, comandante da Força Alemã de Submarinos (*U-boats*), ordenou uma ofensiva contra navios brasileiros, enviando o U-507 para atacar navios mercantes ao largo da costa brasileira, como represália aos ataques realizados aos submarinos alemães no Atlântico Sul por aviões norte-americanos, baseados em Natal (*“Parnamirim Field”*), com tripulações mescladas de oficiais estadunidenses e brasileiros (em treinamento). O ato de represália do U-507 afundou, em poucos dias (15 a 19 de agosto de 1942), cinco mercantes de cabotagem e um veleiro²⁹, matando 607 pessoas. Essa ação de hostilidade alemã gerou uma grande repercussão de repúdio e ódio na opinião pública brasileira, fazendo com que o governo de Getúlio Vargas fosse instado a declarar guerra à Alemanha e Itália, em 31 de agosto de 1942.³⁰

²⁷ Navios Brasileiros – [Fev. 1942 – “Cabedelo”, “Buarque” e “Olinda”; Mar. 1942 – “Arabutã” e “Cairu”; Maio. 1942 – “Parnaíba”, “Comandante Lira” e “Gonçalves Dias”; Jun. 1942 – “Alegrete” e “Pedrinhas”; Jul. 1942 – “Tamandaré”, “Piave” e “Barbacena”].

²⁸ Navios Argentinos – [Uruguay” (maio. 1940) e Rio Tercero (jun. 1942)]; Navio Chileno – [Tolten (mar. 1942)].

²⁹ Navios Afundados (ago. 1942) – [“Baependi”, “Araraquara”, “Aníbal Benévolo”, “Itagiba”, “Arara” e o veleiro “Jacira”]. Em 13 de janeiro de 1943, um avião *Consolidated Catalina* (PBV-5) norte-americano avistou o U-507, bem ao largo da costa de Natal e o destruiu, utilizando cargas de profundidade e todos os tripulantes destes morreram (54).

³⁰ O Brasil só declararia guerra ao Japão em 06 de junho de 1945 (Decreto-lei nº 18.811).

Conclusão

A VIII Conferência Interamericana, em Lima (09 a 24 de dezembro de 1938), foi o início da consolidação da política de solidariedade e cooperação americana (“*pan-americanismo*”), mesmo com a relutância da Argentina em participar dessa união. Isso não significava que a Argentina era contrária a uma política de defesa do continente, porém, relutava em permanecer sob a influência dos EUA e, principalmente, temia que, por sua localização estratégica, o Brasil passasse a ser o grande beneficiário da política de solidariedade continental proposta pelos norte-americanos. A Argentina seguiu um caminho completamente diferente dos demais Repúblicas Americanas durante a Segunda Guerra Mundial. No início, logo após a invasão da Noruega e Dinamarca pelos alemães (09 de abril de 1940), durante seu governo, o Presidente Ortiz, um aliadófilo convicto, tentou optar por uma política mais agressiva (“de não beligerância”) contra os Países do Eixo, porém, os norte-americanos e as demais Repúblicas Americanas se recusaram a aceitar essa política, temendo represálias advindas principalmente dos alemães. Assim, o Governo Argentino mudou o rumo da sua política externa, optando pela neutralidade e não aceitando romper com as Potências do Eixo, na Conferência do Rio de Janeiro (15 a 28 de janeiro de 1942). A Argentina manteve sua neutralidade quase até o fim do conflito, quando, em 27 de março de 1945, declarou guerra à Alemanha, com o intuito de reivindicar o seu ingresso nas Nações Unidas.

No caso brasileiro, verificamos que Vargas optou pela única possibilidade de êxito para a sua política externa durante a Segunda Guerra Mundial. A total dependência econômica do mercado norte-americano, sua fragilidade militar e, principalmente, a posição estratégica do Nordeste brasileiro, fundamental para a defesa do continente, induziram o Brasil para a política de solidariedade pan-americana, imposta pelos EUA. Com a

negativa dos argentinos em participar do pan-americanismo, o Brasil surgiu como o principal aliado dos EUA na região, tornando-se o grande beneficiário da Lei do “*Lend and Lease*”, recebendo mais de 70% dos valores destinados para a América Latina. Na Conferência do Rio de Janeiro (15 a 28 de janeiro de 1942), Vargas, orientado pelos militares, relutou em romper relações diplomáticas com os Países do Eixo se a Argentina não participasse da mesma empreitada, preocupado com a segurança da sua fronteira no Sul. O Brasil acabou aderindo ao rompimento e sofreu as consequências dessa adesão. Navios brasileiros passaram a ser torpedeados pelos submarinos das Potências do Eixo no Atlântico Norte, acabando com ataques bem próximos às suas costas, fato que ocasionou a entrada do país no conflito (31 de agosto de 1942).

O Chile era o único país latino-americano com um governo composto pelos principais partidos de esquerda (comunistas, radicais e socialistas) e que tinha, como base na sua política externa, uma campanha de luta contra o fascismo e o imperialismo internacional. Essa política externa não impediu o país de se relacionar, comercialmente, com norte-americanos, britânicos e alemães, porém, foram os norte-americanos os principais parceiros chilenos no período da Segunda Guerra Mundial, até o final de 1945. Na Conferência do Rio de Janeiro, o Chile, por sua fragilidade militar, acabou não concordando com a política de romper com os Países do Eixo. A pressão norte-americana, a opinião pública chilena e os partidos de esquerda, que compunham a Frente Popular, acabaram levando o Chile a romper relações diplomáticas com os Países do Eixo, em 23 de janeiro de 1943.

Fontes documentais

AHI. Telegrama de Rodrigues Alves a Oswaldo Aranha. Buenos Aires, 28 nov. 1938.

AHI. Telegrama de Rodrigues Alves a Oswaldo Aranha. Buenos Aires, 29 nov. 1938.

AHI. Telegrama de Oswaldo Aranha a Guerra Durval. Roma, 05 dez. 1938.

AHI. Telegrama de Oswaldo Aranha a Rodrigues Alves. Buenos Aires, 30 nov. 1938.

AHI. Telegrama de Oswaldo Aranha a Pimentel Brandão. Washington, 02 dez. 1938.

AHI. Telegrama de Protásio Gonçalves a Oswaldo Aranha. Buenos Aires, 27 dez. 1938.

AHI. Telegrama de Pimentel Brandão a Oswaldo Aranha. Washington, 29 dez. 1938.

AHI. Telegrama de Oswaldo Aranha a Mário da Costa Guimarães. Washington, 28 jan. 1939.

AHI. Telegrama Mário da Costa Guimarães a Oswaldo Aranha. Washington, 30 jan. 1939.

AHI. Telegrama de Carlos Martins Pereira e Souza a Oswaldo Aranha. Washington, 08 mar. 1939.

AHI. Telegrama de Rodrigues Alves a Oswaldo Aranha. Buenos Aires, 03 set. 1939.

AHI. Telegrama de Cyro de Freitas Valle a Oswaldo Aranha. Berlim, 20 dez. 1939.

AHI. Telegrama de Carlos Martins Pereira e Souza a Oswaldo Aranha. Washington, 16 dez. 1939.

AHI. Telegrama de Rodrigues Alves a Oswaldo Aranha. Buenos Aires, 18 dez. 1939a.

AHI. Telegrama de Oswaldo Aranha a Carlos Martins Pereira e Souza. Washington, 18 dez. 1939b.

AHI. Telegrama de Carlos Martins Pereira e Souza a Oswaldo Aranha. Washington, 13 maio. 1940.

AHI. Telegrama de Oswaldo Aranha a Themistocles de Graça Aranha. Berlim, 14 maio. 1940.

AHI. Telegrama de S. Souza Leão Gracie a Oswaldo Aranha. Santiago, 26 jul. 1940.

AHI. Telegrama de Oswaldo Aranha a Carlos Martins Pereira e Souza. Washington, 28 jun. 1940.

AHI. Telegrama de Carlos Martins Pereira e Souza a Oswaldo Aranha. Washington, 19 ago. 1940.

AHI. Telegrama de Carlos Martins Pereira e Souza a Oswaldo Aranha. Washington, 08 mar. 1941.

AHI. Telegrama de Carlos Martins Pereira e Souza a Oswaldo Aranha. Washington, 22 ago. 1943.

AHI. Telegrama de Heitor Lyra a Oswaldo Aranha. Buenos Aires, 30 dez. 1941.

AHI. Telegrama de S. de Souza Leão Gracie a Oswaldo Aranha. Santiago, 05 jan. 1942.

AHI. Telegrama de S. de Souza Leão Gracie a Oswaldo Aranha. Santiago, 29 dez. 1941.

AHI. Telegrama de S. de Souza Leão Gracie a Oswaldo Aranha. Santiago: 03 jan. 1942.

AHI. Telegrama de S. de Souza Leão Gracie a Oswaldo Aranha. Santiago, 05 jan. 1942.

AHI. Telegrama de S. Souza Leão Gracie a Oswaldo Aranha. Santiago, 20 jan. 1943.

AHI. Telegrama de Oswaldo Aranha a J. de Paula Rodrigues Alves. Buenos Aires, 17 maio. 1943.

AHI. Telegrama de Oswaldo Aranha a J. de Paula Rodrigues Alves. Buenos Aires, 07 jun. 1943.

AHI. Telegrama de Oswaldo Aranha a Heitor Lyra. Berlim, 28 jan. 1942.

AHI. Telegrama de Oswaldo Aranha a C. A. Moniz Gordilho. Roma, 08 jan. 1942.

AHI. Telegrama de Oswaldo Aranha a Carlos Martins Pereira e Souza. Washington, 24 dez. 1941.

AHI. Telegrama de Oswaldo Aranha a Carlos Martins Pereira e Souza. Washington, 06 maio. 1941.

Referências

- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Formação do Império Americano. Da Guerra contra a Espanha a Guerra no Iraque*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- BETHELL, Leslie. *História da América Latina*. – Vol. IV – De 1870 a 1930. São Paulo: Edusp, 2002.
- CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2005.
- CHURCHILL, Winston S. *Memórias da Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.
- DE NÁPOLI, Carlos. *Nazis em el Sur. La Expansión Alemana sobre el Cono Sur y la Antártida*. Buenos Aires: Editorial Norma, 2005.
- FERRER, Jorge L. P. *A Problemática das Relações Internacionais e seu Impacto na Argentina, Brasil e Chile durante a Segunda Guerra Mundial (1938-1943)*. Rio de Janeiro, 2007. Dissertação (Mestrado em História) - PPGHC-UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.
- LOPES, Roberto. *Missão no Reich: Glória e Covardia dos Diplomatas Latino-americanos na Alemanha de Hitler*. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2008.
- MCCANN, Frank D. Jr. *Aliança Brasil Estados Unidos – 1937/1945*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.
- MRE. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.
- PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A Política Externa dos Estados Unidos – Continuidade ou Mudança?*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.
- SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. *O Brasil de Getúlio Vargas e a Formação de Blocos: 1930-1942. O Processo do Envolvimento Brasileiro na II Guerra Mundial*. São Paulo: Editora Nacional, 1985.
- HILTON, Stanley E. *Oswaldo Aranha. Uma Biografia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.
- TOTA, Antonio Pedro. *O Imperialismo Sedutor. A Americanização do Brasil na Época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

